

O ENREDO CONJUGAL – A DECISÃO SOBRE O CONSUMO COMO FORMA DE PODER NUM GRUPO DE FAMÍLIAS DAS CLASSES MÉDIAS URBANAS. O CASO DA CASA E DO CARRO*

Catarina Delaunay**

1. Nota introdutória

Nos últimos tempos temos vindo a assistir a um conjunto de alterações vividas na família, com consequentes mudanças nos valores e representações do casamento ou, melhor dizendo, da conjugalidade nas suas diversas formas. A questão do género, em particular na relação diádica do casal, tem sido alvo de muita investigação e análise crítica, nomeadamente na sua articulação com a dimensão do poder doméstico. Por outro lado, a sociedade ocidental actual caracteriza-se por uma propensão para um investimento e especialização no consumo, o qual, cada vez mais, assume um papel preponderante na vivência quotidiana das famílias, sobretudo na vertente de decisão e usufruto.

A nossa proposta vai no sentido de elaborar pistas de análise e reflexão que possibilitem estabelecer uma articulação entre género, família e consumo – três campos da realidade social que nas últimas décadas sofreram importantes alterações no contexto da Europa Ocidental –, atravessados pelo vector do poder conjugal.

No âmbito da definição conceptual de poder, várias têm sido as contribuições dos investigadores, mas, em termos gerais, poder tem sido definido como a capacidade de um indivíduo, numa relação social, levar a avante a sua vontade, mesmo enfrentando resistências e oposições por parte de outros (cf. Weber, in Gilmore, 1990, p. 954)¹.

Por outro lado, sociólogos como Safilios-Rothschild (1970 in Scanzoni e Scanzoni, 1988, pp. 362-363), defendem que, no estudo da estrutura do poder familiar, é necessário ter em conta três componentes, a saber:

1. *Autoridade* (quem é considerado como tendo o direito legítimo de ter a última palavra, segundo as normas socioculturais prevalentes);
2. *Tomada de decisão* (quem toma as decisões, com que frequência, etc.);
3. *Influência* (o grau com que um dos cônjuges é capaz de impor o seu ponto de vista através de várias pressões subtis, mesmo quando o outro cônjuge se opôs inicialmente a esse ponto de vista).

A organização do poder pode constituir um indicador ou ponto de partida para a construção da diferença/desigualdade entre os géneros em termos de conjugalidade (o que não exclui a possibilidade de complementaridades, embora por vezes assimétricas). Consequentemente, surge como pertinente determinar quem detém o capital simbólico de decisão, em que áreas concretas de intervenção e como esse controlo é exercido², pois não é o poder que difere (carácter relacional), mas a correlação de forças que o poder implica. Daí a importância da construção social do género no interior da família, nomeadamente ao nível do casal, investindo os seus membros de um conjunto de atributos e atribuições, direitos e deveres relativamente a uma pluralidade de terrenos de actuação.

* Este texto constitui uma primeira incursão relativamente a um trabalho que se está a desenvolver no âmbito da tese de Mestrado e que será concluído brevemente.

** Socióloga

¹ É a questão da «tradução», ie., os actos e os conceitos que levam uma pessoa a poder falar por outras.

² Cf. Foucault, segundo o qual o poder é “exercido” ao invés de “possuído” (in Jones, 1995:95).

O conceito de poder no casal é, no entanto, extremamente difícil de medir em termos empíricos. A capacidade de impor a sua vontade pode ser exercida relativamente a uma pluralidade de domínios. Podemos apontar como potenciais áreas de «diagnóstico» da estrutura e dinâmicas de poder doméstico, a sexualidade, o casamento (quando e onde), a residência, onde passar as férias, o divórcio, ter ou não filhos, a própria vida das crianças (instrução, educação moral, estilo de vida, etc.), a gestão do orçamento doméstico, visitas a parentes, amizades, tempos livres, lazer, divisão do trabalho doméstico, trabalho profissional dos cônjuges, entre outros.

Consequentemente, cada vez se revela mais premente a necessidade de alterar as formas de aceder à organização do poder doméstico, designadamente substituindo as tradicionais abordagens de carácter globalizante pelo estudo das relações de poder no contexto específico dos papéis familiares ou das esferas de interesse. Deste modo, revelou-se pertinente a opção epistemológica de circunscrever a análise a uma área específica de actuação e de estruturação dos papéis³ comportamentais – o consumo –, designadamente às «esferas de interesse» onde os diferenciais de poder correspondessem a diferentes níveis de prescrição normativa, de recursos, de importância e de envolvimento dos membros da família, pois é em domínios «comuns» de competência que se exacerbam as lutas e as disputas.

Acreditamos que a procura de resposta aos problemas que a sociedade actual nos coloca pode fazer-se também pela determinação dos valores que enformam os momentos mais íntimos do nosso quotidiano, o qual constitui, na sua diversidade, o fundamento da própria existência humana. A vida quotidiana familiar é feita da acumulação de pequenos gestos, de inúmeras micro-escolhas diárias e de momentos íntimos e banais que, numa articulação silenciosa e quase imperceptível, dão um sentido profundo e uma unidade às condutas sociais. Misteriosamente, porém, é a realidade mais próxima e quotidiana que menos conhecemos. Foi sobretudo por esta razão que decidimos realizar uma viagem sociologicamente guiada ao terreno desconhecido, apesar de tão familiar, do consumo doméstico.

O consumo familiar foi então escolhido para percorrer a paisagem doméstica em busca de uma topografia do poder conjugal. O propósito foi o de entrar no domínio do quotidiano doméstico e privado por forma a conseguir delinear o perfil de uma paisagem difícil de captar porque oculta nos bastidores da vida, resguardando na alcova os mistérios da convivência. Mediante o estudo da estruturação dos papéis de género relativamente ao consumo, procurámos abordar a questão do poder familiar ou doméstico, na sua vertente conjugal (díade⁴ marido/mulher), utilizando para tal o indicador de tomada de decisão sobre o consumo e a influência diferencial dos dois cônjuges.

A dimensão de escolha (decisão) no casal é extremamente importante, tanto mais que ele próprio tem início com uma decisão mais significativa: a escolha do cônjuge. Partimos, assim, do pressuposto de que o papel desempenhado pela dimensão decisional sobre as compras familiares é relativamente importante na formação das identidades pessoais e relacionais⁵ entre os sujeitos - pelo menos no contexto das dinâmicas conjugais – e que o consumo doméstico constitui uma área de objectivação da diferenciação sexual do quotidiano. A divisão das áreas de decisão serve de base para a construção de uma identidade social e conjugal em redor da orientação de género, criando fronteiras simbólicas de demarcação dos «territórios» e das margens de manobra

³ O “papel” especifica o que se espera que o típico ocupante de uma dada posição faça nessa posição, num contexto social particular.

⁴ O termo díade refere-se a uma relação entre duas pessoas.

⁵ Uma identificação não remete exclusivamente para uma determinada *pertença* (a uma determinada categoria), e *função* correspondente, mas implica também uma *relação*, pois qualquer identidade não existe por si só, apenas podendo ser definida por referência a outra (ex. masculino-feminino, marido-mulher, etc).

e de intervenção individual. Partimos, assim, da construção diferenciada dos modos de apropriação dos espaços e dos objectos de consumo, os quais funcionam enquanto diferenciadores físicos e simbólicos, internamente ao casal.

Privilegiou-se esta forma de investigação do espaço na tentativa de instaurar uma geografia das áreas de tomada de decisão e de alocação das responsabilidades, em termos de compras familiares, consoante o género do decisor. Partimos, assim, da noção de família como espaço relacional e como lugar de distinção social, onde se estruturam as identidades de género enquanto construções socio-culturalmente determinadas.

No entanto, e no sentido da compreensão do todo social, tornou-se necessário encarar o poder doméstico (enquanto parte integrante do poder social) enquanto conceito multidimensional, cuja interpretação não deve ficar limitada ao estudo das fontes ou resultados do fenómeno, mas analisar de igual forma os processos, i.e. as dinâmicas e interacções simbólicas que lhes estão subjacentes e que remetem para a questão da negociação e, designadamente, da sua articulação com o princípio da Regulação.

Uma das variáveis sociológicas que ajuda à compreensão da organização do poder doméstico é a Regulação (i.e. a formação e o grau de rigidez das normas colectivas). Segundo Kellerhals, este conceito pode ter duas vertentes, a saber, normativa (as regras são gerais, estáveis e dadas de uma vez por todas) e contratual ou negociada (cada situação é definida, interpretada e negociada, pois cada caso é um caso).

Neste âmbito da estruturação do poder doméstico, a variável regulação tem interesse para uma melhor compreensão das dinâmicas e relações de poder e para caracterizar as formas de interacção na família consoante estas obedecem a uma lógica normativa de divisão de papéis e de esferas de actuação ou, pelo contrário, resultam de um processo permanente de negociação. Deste modo, até que ponto não poderemos afirmar que a negociação poderá remeter para uma endo-regulação, tacitamente definida dentro do espaço doméstico, enquanto que a normatividade resultará de uma exo-regulação, imposta de fora do espaço doméstico (ideologia colectiva)?

Contudo, a interpretação do fenómeno da divisão conjugal do poder doméstico e da tomada de decisão não deve ficar circunscrita à apresentação das áreas de decisão ou esferas de intervenção (em termos de categorias de produtos e/ou serviços considerados) atribuídas a cada género. O facto de duas pessoas – neste caso, os cônjuges – viverem juntos, não invalida o facto de poderem ter visões relativamente divergentes face à mesma vida em comum e aos aspectos concretos que a compõem. Tornou-se, assim, necessário analisar também, quando ambos intervinham, o modo como se geravam as tensões e os conflitos de interesses particulares e se atingia o consenso (processo de negociação, luta conjugal pelo poder simbólico, estratégias de influência e persuasão).

Não pretendemos, contudo, circunscrever as dinâmicas de poder no âmbito do casal a uma perspectiva conflitual da família, na medida em que as relações de poder envolvem não só tensões e lutas entre os dois cônjuges pela sua apropriação, mas, de igual modo, situações em que a negociação marital constitui a palavra de ordem, sendo possível estabelecer o consenso quanto à divisão de papéis. Consequentemente, procurámos não limitar o estudo às situações de potencial conflito entre parceiros na troca conjugal, analisando também o carácter cooperativo (e não tanto competitivo) das interacções na família (questão do compromisso). Tentámos compreender a questão da decisão voluntária, baseada nos recursos de valor interpessoal e no estabelecimento de relações de confiança mútua, mais do que nos recursos económicos e socio-estruturais.

Tentámos, deste modo, saber se, consoante a área de actuação (neste caso os produtos sobre os quais se decide ou não a sua compra), assim diferem as lógicas de definição dos papéis conjugais. Mais concretamente, tratou-se de determinar se, enquanto para determinados produtos e/ou serviços de consumo a lógica que preside é igualitária (ambos os cônjuges podem interferir, não havendo

especificidade de género), pelo contrário, para outros, se assiste a uma clara diferenciação de papéis e áreas de intervenção específicas (contratual ou estatutária). Aqui entra a noção de contrato que remete para a avaliação dos estatutos específicos atribuídos a cada indivíduo, neste caso a cada cônjuge. Procurámos, pois, determinar quem detém o capital simbólico de autoridade, decisão e influência e em que áreas de intervenção específicas, e saber se é possível circunscrever uma fonte unitária de autoridade no âmbito da família ou várias (pelo menos duas), consoante a área em termos de decisão sobre a compra e a identidade de género do decisor.

De igual modo, tentámos determinar as formas de institucionalização da identidade, designadamente os estatutos e o modo como se estruturam os papéis comportamentais (individuais e matrimoniais/conjugais) nos vários estágios do processo de tomada de decisão relativamente às compras familiares, por referência às tipologias avançadas por Engel (1993:174) na medida em que cada indivíduo detém uma influência diferencial consoante diversas variáveis. Esta questão remete-nos para a divisão dos papéis familiares relativamente ao consumo (quem detecta a necessidade, quem decide que determinado item deve ser comprado, quem investiga onde se compra mais barato, quem efectua a compra, quem consome ou utiliza), os quais não são geralmente coincidentes.

Deste modo, segundo Engel, os papéis que surgem ao nível dos comportamentos de consumo podem ser definidos segundo as etapas do processo ou consoante o género do decisor e modalidades de actuação. Assim, em termos de papéis individuais nas compras familiares encontramos:

1. *Iniciador/Revelador* («Initiator/Gatekeeper»). A pessoa que introduz a necessidade da compra de produtos e da recolha de informação para a tomada de decisão, i.e. quem detecta a necessidade.
2. *Influenciador* («Influencer»). A pessoa cujas opiniões são solicitadas para a determinação do critério que a família deverá utilizar no acto da compra e de quais os produtos ou marcas que melhor se enquadram nesse critério de avaliação; i.e. quem investiga onde se compra mais barato.
3. *Decisor* («Decider»). A pessoa com a autoridade financeira e/ou o poder de escolher o modo como o dinheiro da família será gasto e os produtos ou marcas que serão escolhidos; i.e. quem decide que determinado *item* deve ser comprado.
4. *Comprador* («Buyer»). A pessoa que age enquanto agente de compra: quem visita a loja, contacta o fornecedor, passa o cheque, traz os produtos para casa, etc. Resumindo, quem efectua a compra.
5. *Utilizador* («User»). A/s pessoa/s que utiliza/m os produtos, i.e. quem consome ou utiliza.

Para além do mais, e mediante a análise das compras e dos critérios de distribuição e repartição dos consumos, pudémos ter acesso a alguns dos princípios e valores da conjugalidade - i.e. os termos simbólico-culturais em que ela é construída. Pareceu-nos assim interessante desenvolver a pesquisa por forma a poder inferir não só as formas de estruturação da autoridade e as relações/dinâmicas de poder (neste caso poder de decisão) no âmbito da «unidade social primária», designadamente do casal, como também as modalidades concretas de organização da vida doméstica e familiar. A forma como o poder se encontra distribuído pelos membros da família, designadamente no casal, corresponde a diferentes modos de organização da vida doméstica e a formas diversas de conjugalidade, cada um com as suas próprias lógicas.

Optou-se por inquirir, somente, duas fracções da chamada «classe média tradicional», a saber, a Pequena Burguesia Proprietária e Independente (possuidora de pequenas lojas de comércio) e a Pequena Burguesia Técnica e de

Enquadramento (mais qualificada em termos de capital científico-cultural, como por exemplo, os professores universitários)⁶.

Por outro lado, relativamente à escolha dos informantes privilegiados no âmbito da família, embora esteja comprovado o papel da influência das crianças e adolescentes nas decisões de compra, resolveu-se optar por interrogar unicamente os cônjuges, i.e. o casal, na medida em que para além de constituir o núcleo do grupo doméstico, é reconhecida a dificuldade de aplicar um inquérito à totalidade dos membros da família, para além do facto da linguagem utilizada poder variar de significado e sentido consoante a idade e educação dos inquiridos. Assim, o facto de se incluir relações e processos de poder na família mais alargada (como por exemplo, o controlo das crianças sobre os pais e o poder dos outros parentes), implicaria uma complexificação da análise e consequentemente uma maior dificuldade em conceptualizar essas relações, o que se poderia traduzir num enviesamento da pesquisa para outras áreas. Esta opção não invalidou, porém, que se tivesse em atenção as possíveis coligações que fossem referidas ao nível do discurso por parte de alguns dos entrevistados.

Embora o fenómeno do poder doméstico não se limite à díade conjugal (vertente marital e parental), optou-se, assim, por analisar somente a relação dicotómica marido-mulher, na medida em que o nosso objectivo era o de estudar a conjugalidade nas suas vertentes de estruturação das identidades de género, dos papéis e das dinâmicas de poder.

Outro obstáculo recorrente neste tipo de estudos é o das eventuais discrepâncias de pontos de vista entre marido e mulher sobre as temáticas sugeridas no guião do inquérito. A maioria dos estudos no âmbito da sociologia da família e do casal costumam enveredar por uma abordagem que privilegia as respostas de um só membro, na maioria das vezes a mulher, por razões de ordem prática e de disponibilidade. No entanto, nesses casos, ficamos sem saber, na medida em que lidamos sobretudo com representações sociais, se as visões se afastam muito da realidade vivida e correspondem, ao invés, a uma realidade idealizada pelo respondente. Por outras palavras, não temos condições para partir do princípio que as respostas de um dos membros representam as posições do outro que não foi entrevistado. Deste modo, a opção de entrevistar o casal em conjunto surgiu no sentido de se poder controlar a coincidência ou não das respostas na medida em que procurávamos determinar o mapa das representações de como se organiza o género no âmbito da família conjugal. Ao confrontar os dois cônjuges com as questões, pudemos determinar a existência ao não de consenso e quais os temas mais susceptíveis de provocar um certo mal-estar e fricção em termos de vivência quotidiana.

2. A natureza e uso dos objectos na vida quotidiana

Os objectos constituem marcadores simbólicos da própria identidade individual, sendo por isso possível, e conveniente, fazer uma sociologia dos objectos e das suas diferentes significações. Os objectos não constituem matéria fria, inerte ou inanimada. Na sua relação com as pessoas e na relação entre as pessoas, os objectos são usados e conferem a essas relações um determinado sentido ou mesmo facilitam o jogo de representação entre elas. Outras vezes podem ser objecto de prova face à maneira com as pessoas organizam o seu quotidiano.

Para alguns entrevistados, na maioria mulheres, determinados objectos são utilizados como instrumentos para tentar fazer reviver as relações entre as

⁶ Cf. Tipologia das classes e fracções de classe proposta por João Ferreira de Almeida et. al. (1990:132). O autor e a sua equipa apresentam uma concepção multidimensional das estruturas de classe, tendo em conta vários tipos de recursos, desde económicos (rendimento) até qualificacionais (nível de instrução e estatuto profissional), mas sempre dando ênfase à questão da mudança.

peças, o que traduz uma certa «objectivação»⁷ do quotidiano familiar. Nestes casos, existem elevados valores de personalização relativamente a determinados objectos. Quando as coisas simbolizam as pessoas que se ama, estas funcionam como veículo de comunicação com o passado familiar incorporado (exteriorização da memória nos objectos). Objectos, como é o caso de uma moldura com fotografia, aparecem como a história objectivada, contribuindo assim para a conservação e sedimentação da memória familiar, não por eles próprios, mas pela relação afectiva que com eles os sujeitos estabelecem. Alguns objectos significam, assim, um centro a partir do qual se reorganiza uma anterioridade, uma procura da infância perdida (aspecto maioritariamente feminino).

Outros objectos do quotidiano permanecem ao longo da vida dos sujeitos porque constituem uma imutável exteriorização material da própria pessoa, conferindo consistência e estabilidade à sua identidade re-construída. A sua estabilidade está segura nos momentos de retrospectiva das suas vidas. Convém esclarecer que não se está a pensar na identidade como conceito inscrito em todas as situações, mas na identificação (Pinto, 1991:218-219) da história familiar ou pessoal, quando as situações e a experiência das pessoas conferem a necessidade de se socorrer desse sentido objectivado nesses objectos. A alguns destes objectos quase que lhes podemos chamar de «despojos arqueológicos» de outras épocas (é o caso, por exemplo, de uma televisão comprada no início da vida conjugal ou herdada de um familiar, da qual nos é difícil separar pois já incorporou uma parte de nós). Assiste-se, assim, à manutenção da posse de determinadas objectos que já vinham da fase de solteiros, que, apesar do usufruto ser conjunto, reforça-se pela escolha do regime de comunhão de adquiridos.

Por vezes os «velhos» objectos têm a possibilidade de uma segunda existência que se prende com uma sensação nostálgica de um passado familiar. O caso do retrato de família constitui um espelho involutivo da própria realidade íntima, um ponto de convergência da anamnese familiar, com todo o seu valor associativo e afectivo. Estes objectos puramente simbólicos não são, todavia, a-funcionais, na medida em que preenchem a importante função de significar a própria dimensão temporal. Encontramos, pois, uma oposição valorativa entre os objectos-funcionalidade (mediação do presente) e os objectos-significação (mediação do passado).

No entanto, a exteriorização material da própria identidade individual se, por um lado, possibilita uma certa estabilização emocional, pode também criar um desejo de mudança, que passa, inclusive, pela alteração da disposição das peças de mobiliário ou até mesmo pela sua substituição por novas, aspecto que é sobretudo válido para o universo feminino estudado.

Os objectos permitem ainda identificar as etapas de construção da conjugalidade e expressam a própria dinâmica do casal. Por um lado, a colectivização dos objectos individuais corresponde a um avanço em termos de dimensão fusional do casal. Determinados objectos, como os livros, as revistas e os discos, raramente são conjugalizados pois são considerados pessoais, mas não deixam de ser objecto de partilha no quotidiano – em certas ocasiões de expressão dos afectos – ou até objecto de conflitualidade ou de tensão – nas tentativas de marcação de posições nos respectivos «territórios» na geografia dos afectos ou na própria geografia da casa. Há casos, como os discos, em que a compra, apesar de ter como critério fundamental o gosto pessoal de quem adquire, tem também em conta o facto de se partilhar o mesmo espaço doméstico. Existe, por vezes, inclusive, uma tentativa de incluir o cônjuge no processo de fruição de um objecto de lazer, como ler um parágrafo de um livro, que denota uma forte componente de comunhão. Encontramos assim a comunhão de objectos versus recusa de entrar em fusão com o outro.

⁷ Conceito construtivista desenvolvido por Peter Berger e Thomas Lukmann (1990, p. 38).

Por outro, a progressão e instalação da conjugalidade pode ser analisada também através da acumulação de objectos. É como se os objectos participassem numa espécie de construção material e consolidação dos laços familiares, em particular conjugais. Em termos de configuração do mobiliário, existe a tendência para a ocupação progressiva do espaço e este aumento da densidade da presença do ambiente decorativo da residência corresponde à própria cronologia da célula familiar. No início, alguns dos casais analisados, tinham o espaço doméstico apenas ocupado por objectos de carácter essencial (cama, cadeiras, frigorífico, etc.); só quando ocorria a incorporação destes é que se dava a acumulação de outros.

De igual modo, surgiram casos de casais em que um dos cônjuges vinha ocupar um espaço conjugal já organizado, ocorrendo um processo de entrada progressiva no território do outro. A fase do ciclo de vida em que o indivíduo abandona o domicílio familiar para criar um novo espaço doméstico próprio não está actualmente tão dependente da constituição de laços matrimoniais e faz com que, por vezes, um dos cônjuges vá viver para uma habitação já montada, havendo pouca margem de manobra em termos de preferências quanto ao tipo de alojamento e de recheio.

3. Relação diferencial com os objectos

A panóplia de objectos quotidianos (práticos e técnicos) que proliferam na civilização urbana actual pode ser comparado, por analogia, a uma complexa flora ou fauna, cujas espécies, em permanente mutação e expansão, se vão sucedendo a um ritmo acelerado, contraposto à relativa estabilidade da própria espécie humana (Baudrillard, 1973, pp. 9-10).

O próprio universo da casa é constituído por uma multiplicidade de objectos diversos. Face à pluralidade de critérios e modos de classificação dos objectos, passíveis de se utilizar, resolvemos optar somente por quatro: a duração, o grau de exclusividade ou de socialização no uso (privado ou público, individual, familiar ou indiferente), o sistema de necessidades que preenchem (indispensabilidade ou superfluidade) e as estruturas mentais inerentes (simples ou complexas), que se prendem com a realidade tecnológica dos objectos (natureza estruturo-funcional objectiva).

A relação com os objectos tecnológicos mais complexos, que passa pela familiarização inicial com o manual de instruções respectivo, transforma-se posteriormente numa manipulação quase inconsciente porque como que interiorizada. Trata-se de um hexis corporal (cf. Bourdieu), isto é, de um conjunto de gestos que se inscrevem com carácter de naturalidade no corpo sociológico (e não apenas biológico) porque remetem para uma interpretação e relação diferenciada face às «coisas».

O modo como os objectos – depois de produzidos – são investidos, consumidos, possuídos e personalizados, em suma, a maneira como são vividos, varia de mulheres para homens e, inclusive, no interior de cada género. Enquanto que, para os homens inquiridos, a estruturação tecnológica do objecto desempenha um papel importante, a maioria das mulheres recusa-se a falar a sua «língua» tecnológica ou, pelo menos, não demonstra qualquer interesse em aprendê-la. A sua utilização resume-se a uma praxis simplificada de ligar e desligar que está associada aos novos objectos tecnológicos, isto porque à medida que estes se vão tornando mais complexos, o gestual humano a eles relativo vai-se reduzindo até ao simples premir de um botão⁸. Pelo contrário, a maioria dos homens entrevistados não se satisfaz apenas em saber que os

⁸ Como constatava Lewis Mumford no seu livro *Technique et civilisation* (in Baudrillard, 1973, p. 63): «A máquina conduz a uma eliminação de funções que se acha próxima da paralisia».

objectos têm uma função; uma espécie de fascínio pelo objecto técnico faz com que procurem decifrar o mistério do seu funcionamento.

Ela a nível de decisão de artigos tecnológicos não toma grandes decisões, nem tem grande interesse. (...) Ela nunca demonstrou grande interesse. A única coisa que ela quer saber é onde é que se põe o disco.

H11/PBTE

Máquinas, música, etc., sou eu. É comigo. Isso aí é comigo. Essa parte é mais uma parte técnica. A I. utiliza. Eu ponho a funcionar e acho graça, porque gosto de mexer com as mãos. Desde que ela saiba onde se carrega para funcionar e como é que se desliga.

H6/PBTE

É uma competência dividida. Eu não tenho muita paciência. Para mim é me indiferente. Não tenho muita paciência de saber se é melhor. Não gosto de... Não sou muito analítica, não demoro muito tempo a escolher uma coisa. Desde que funcione é me indiferente. Não tenho o ouvido tão apurado como o dele. É me indiferente. O computador é ele, essas coisas. Eu quero é que funcione.

M6/PBTE

Parece-nos então lícito afirmar que, para a maioria das mulheres inquiridas, os objectos mais técnicos escondem em si os segredos do seu funcionamento, e que estas apenas desejam saber o básico, ou seja, como pô-los a funcionar. Por exemplo, no caso da aparelhagem de som ou da televisão, enquanto que os homens estudam e analisam as várias hipóteses de compra com base nas potencialidades tecnológicas comparadas, as suas companheiras dispensam estes pormenores técnicos.

De igual modo, a relação dos homens com o mundo da casa é diferente da das mulheres.

A questão da aquisição de casa própria constitui um capítulo forte na vida do casal, quer se trate de uma primeira relação, quer de situações de recomposição familiar. Foi bastante interessante o facto de a compra de casa ter sido, em alguns dos casais entrevistados, um aspecto recentemente debatido. Dada a extrema importância deste aspecto, resolvemos dedicar-lhe um sub-capítulo inteiro.

3.1 A Casa

A compra de casa constitui um processo que exige uma certa análise, reflexão e ponderação. O grau de satisfação relativamente a uma opção de alojamento passa pela situação geográfica, designadamente a proximidade do local de trabalho, da escola ou de uma rede de transportes (acessibilidade). São estas as principais exigências de serviços que acompanham a procura de habitação e que nos remetem, assim, para o contexto residencial, isto é, o ambiente social e físico envolvente da casa.

A sociabilidade familiar e, em particular, as redes de parentesco continuam a desempenhar funções afectivas e sociais essenciais, nomeadamente em termos de ajuda inter-geracional (por exemplo, avós que cuidam dos netos) e de apoio material. O bairro é, deste modo, um factor importante na escolha da residência.

Por outro lado, as modificações do espaço habitacional são também determinadas por questões de imperativo social, de representação de um certo estatuto social.

As mulheres revelaram ser mais «escravas» do «instinto de ninho», mais fervorosas na execução do dito popular «quem casa quer casa». Para elas a constituição da família parece estar fortemente associada à constituição de um património imobiliário, enquanto que os homens expressam uma recusa do

estatuto de proprietário ou, pelo menos, um desejo de adiamento do processo de acesso à propriedade. Como diz o ditado popular «ninho feito, pega morta».

Isso prende-se com o aspecto, penso que com a maneira de ser, educação, sexo e tudo. É assim, para mim é fundamental uma casa, como organização de um casal. E durante muitos anos isto para o L. não foi importante porque ele é um homem muito mais errático, mais de passagem, pela personalidade dele. (...) Uma evolução de um casal de doze anos numa procura de espaço deve começar muito mais tempo antes, não nesta altura. Eu crio raízes com facilidade, por isso que uma casa, que é uma coisa estática, é importante. Já deveria ter sido há muito mais tempo.

M3/PBTE

Do lado feminino existe a forte convicção de que os homens, em geral, em termos de compra de casa, preferem «passar a batata quente à mulher». As razões apontadas para essa atitude prendem-se com a própria personalidade e maneira de ser masculinas: sentimentos de acomodação, recusa de mudança ou ainda carácter errático.

As desculpas apresentadas por eles no sentido de evitar esse passo decisivo na vida conjunta passam por aspectos práticos como a instabilidade da situação económico-profissional, até questões filosóficas de não quererem possuir coisas para não acabarem por ser possuídos por elas.

Esta preferência pela situação de arrendamento, ao invés de propriedade, é verdadeira sobretudo para os casais entrevistados que se encontravam em situação de união de facto, o que vai no sentido dos resultados obtidos por alguns estudos franceses e ingleses (Cf. Bonvalet, 1989).

A casa, ou melhor, o lar assume, deste modo, uma maior importância para o universo feminino. Relativamente às mulheres, ocorre com maior frequência um centramento sobre o interior, em que sobressaem os sentimentos fortes em relação aos objectos, o amor ao espaço da casa que se traduz num evitar sair para o exterior de modo a viver o mais possível em comunhão com o mundo secreto da domesticidade.

A casa, ao invés de constituir apenas um edifício de tijolos e cimento, é um símbolo, uma realidade de calor e vida, que ultrapassa os indivíduos e os mergulha numa comunidade íntima (Kaufmann, 1989, p. 44).

O lar pode ser encarado como um universo-refúgio que confere ao indivíduo uma dimensão de reconforto, de segurança e de recentramento sobre si próprio. Existe, assim, uma certa bipolaridade entre a casa e o indivíduo/família: se bem que é escolhida, construída, decorada e remodelada por nós, é igualmente verdadeiro que somos por ela criados e protegidos, em particular pelo ambiente íntimo que nos proporciona. Segundo Mc Luhan (1977), se a roupa é o prolongamento da pele de forma a reter calor e energia, a casa é um meio de obter, para a família ou grupo, o mesmo efeito.

A associação entre casamento e estabelecimento de um novo lar enfraquecem nos dias de hoje, como consequência das novas tendências demográficas e familiares, designadamente o aumento do número de indivíduos vivendo sós e o número crescente de situações de coabitação prévia (quando não substituta) ao casamento, encarado como um período de teste. Este enfraquecimento do laço entre estatuto matrimonial e uma fase particular do ciclo de vida residencial faz com que o espaço de alojamento constitua algo em processo, alvo de adaptações, modificações, reparações e melhoramentos em função de exigências individuais e colectivas.

Recorrendo aos contributos de Kaufmann, podemos então avançar com a tese de que embora os homens tenham e manifestem o desejo de estar mais dentro, é a mulher que mais tem interiorizada a capacidade de gerir o espaço doméstico (o que nos remete para um esquema de género e para a socialização diferenciada dos sexos em relação aos objectos).

A relação afectiva e simbólica que as mulheres estabelecem com o espaço-refúgio do lar manifesta-se inclusive no arranjo⁹ objectivo das estruturas que unem e ligam os diversos objectos mobiliários entre si. As normas de disposição e organização optimal do repertório de móveis e até mesmo de reconversão e reestruturação da ambiência geral da casa implicam frequentemente um cálculo combinatório, face à frequente penúria de espaço nos domicílios modernos. Esta tentativa de encaixe dos elementos mutáveis do espaço interior – de domesticação da topografia objectual – requer uma manipulação mental e abstracta por parte destas gestoras do universo doméstico, baseada num sistema de gostos e de valores.

Se é para mudar mobília é com ela. Às vezes vimos para casa “olha, lembrei-me agora de uma coisa, ajuda-me aí a virar a mesa que isto está mal”. E pronto, é assim.

H22/PBPI

A invenção do quotidiano familiar passa também por classificações. A própria definição dos lugares das coisas, isto é, dos locais considerados adequados para os objectos adquiridos, remete quase sempre para uma competência – e maior preocupação - feminina.

A casa constitui, sobretudo para as mulheres, um espaço de investimento e de «ancoragem» da identidade pessoal (cf. Moscovici in Vala et al., 1993). O alojamento e os múltiplos objectos que o compõem constituem um modo de se relevar a si próprias.

Talvez a ligação mais forte das mulheres com o espaço da casa, que se traduz inclusive numa dominância territorial, esteja associada ao facto de serem elas que continuam a estar mais implicadas nas tarefas domésticas aí realizadas. Persiste, em muitos dos casos analisados, a responsabilidade das mulheres pelos aspectos domésticos e pela realização das tarefas relacionadas com o lar. Esta divisão, segundo alguns dos inquiridos, quase que se inscreve numa evidência e legitimidade inquestionáveis, numa essência de naturalidade. Este aspecto é mais recorrente nos casais proprietários de pequenas lojas de comércio, comparativamente aos casais em que um ou ambos os cônjuges são professores universitários. Assim, se queremos uma partilha de tarefas, torna-se necessário desconstruir os estereótipos acerca das identidades de género.

No entanto, a atitude muda consoante lidamos com um espaço alugado ou com uma habitação que foi comprada, facto que se prende, em suma, com o estatuto de proprietário ou não. O investimento na casa é menor nos casos de não posse desse imóvel – em que se é inquilino e se paga uma renda –, pois é como se se estivesse a melhorar algo que não lhes pertence verdadeiramente. O único desejo é o de residência satisfatória e confortável.

Claro que aquilo são coisas, não é exactamente as coisas como nós temos na nossa casa. Mas para o efeito que é servem perfeitamente. (...) as mesmas pessoas também disseram à vontade se houvesse alguma coisa que quiséssemos mudar, levar e decorar, lá está. Só que, pronto, aquilo como não é uma coisa nossa, a gente está a pagar aluguer, pronto, também não me interessa estar a investir ali. Não tem interesse. E também só para os fins-de-semana e umas feriazitas que possamos lá estar. Desde que estejamos confortáveis.

M22/PBPI

A qualidade dos espaços habitacionais, sobretudo ao nível do conforto e da dimensão, constitui assim um vector bastante importante no quadro da vida quotidiana das famílias analisadas.

⁹ Segundo Baudrillard, o sistema do interior moderno baseia-se numa oposição entre o «arranjo» (imperativo técnico - funções) e a «ambiência» (imperativo cultural – valores, i.e. cores, materiais, formas, espaço), nos quais se exercem os valores do jogo e do cálculo (p. 37).

De igual modo, se adiam as decisões maiores em termos de aquisição de mobília ou de realização de obras de remodelação da casa, quando se vive uma situação temporária de transição e a hipótese de mudança se encontra nos horizontes futuros do casal. O facto de se desconhecer a configuração do espaço do novo imóvel leva os indivíduos a não adquirir determinados objectos domésticos que poderão não se enquadrar nessa nova geometria.

A situação que se passa é que esta casa nunca foi tida – e pode reparar, ela não está propriamente mobilada, nem nada que se pareça –, nunca foi tida como uma casa definitiva e como tal, tudo o que passa por aquisição de móveis ou efectuar obras nesta casa sempre teve um dilema muito grande. Ou seja, aquilo que era necessário foi comprado, tudo aquilo que não era necessário ia sendo arrastado. E agora – e ainda bem que assim foi – vamos mudar de casa e a outra é algo diferente desta e como tal agora toma-se decisões novas já na outra casa. Portanto, os sofás foram vistos várias vezes, por curiosidade fomos ver sofás várias vezes, no entanto, nunca houve uma pressão para fazer a compra dos sofás exactamente por considerarmos que iríamos comprar uns sofás de canto e que um dia mudaríamos de casa e se calhar na nova casa o sofá de canto não serviria. Como tal, também as mobílias e muitas outras coisas para a casa.

H11/PBTE

Outro aspecto relevante deste estudo diz respeito ao facto de as exigências de alojamento se encontrarem intimamente ligadas à dimensão e composição do agregado familiar, sobretudo com a existência ou não de filhos. Mais concretamente, constatamos que ao longo do ciclo de vida das famílias pode surgir a necessidade de procurar um novo espaço de residência que melhor se ajuste à nova estrutura doméstica.

Fomos os dois a ver a necessidade. A C. estava a crescer, precisava de um quarto. Se fosse um rapaz dormia em qualquer lado. Uma rapariga normalmente tem sempre uma maior independência e pensámos «temos de arranjar uma casa com um quarto».

H22/PBPI

O facto de a descendência – sobretudo feminina – atingir uma determinada idade corresponde ao desejo de uma certa privacidade. A sua ausência cria uma espécie de desconforto familiar que só é ultrapassado mediante a mudança para um domicílio que preencha os requisitos de maior disponibilidade de espaço. Corresponde assim à expressão de uma vontade de apropriação de um espaço próprio que remete simultaneamente para um isolamento e independência individual.

Estas transições no acesso à propriedade em termos de habitação corresponde, por vezes, a um percurso ou progressão, nem sempre linear, uma espécie de trajectória residencial. No entanto, julgamos que este problema só se coloca às famílias cujo orçamento doméstico lhes permite desenvolver este tipo de aspirações habitacionais. Há casos, porém, em que, por serem mais desfavorecidos economicamente, a falta de espaço e conseqüentemente de protecção à intimidade dos diferentes membros do agregado familiar constitui uma questão irresolúvel ou simplesmente nem se coloca. Pensamos – correndo o risco de cair num lugar-comum – que a taxa de mobilidade residencial será substancialmente inferior no caso das famílias com menores recursos financeiros.

3.2 O Carro

Segundo a visão feminina, e por oposição à casa, o carro representa para os homens, em termos genéricos, «um significado de muita posse individual», «uma questão de defesa, de segurança e económica».

No entanto, uma das coisas, embora agora é me indiferente, mas que eu me senti imenso no princípio, é que o L. guiava o meu carro com o maior dos à vontades e nunca me disse “Experimenta guiar o meu”. (...) Tanto que eu acho também que, de facto, tem a ver com uma linha de ascendência. Depois pus-me a reflectir um pouco sobre isso e, de facto, o meu pai também guiava os carros dele porque a minha mãe não guiava. E o pai dele também tem a mesma coisa. Sabes, isso tem a ver com uma educação masculina/feminina que ainda é muito, pronto, marcada. Isso é a minha interpretação. (...) Eu não guardo nenhum ressentimento, mas decidi na última vez que troquei de carro, não dar a chave ao L., ficar com a chave eu. Quando ele quer, pede a minha, percebes. (...) Dei por mim e comecei a pensar, pensei assim “Não pode ser assim, a pessoa também tem de ter princípios educativos e princípios educativos é: por que é que eu ei de dar a chave ao L., se eu nunca tenho a outra chave em troca!” E portanto, é para dizer que estou mais assumida na minha condição feminina.

M3/PBTE

O facto de não se emprestar um objecto que se possui, como o automóvel, remete-nos para um complexo de puro ciúme. Citando Baudrillard, «Se ninguém empresta o carro, a caneta, a mulher¹⁰, é que esses objectos são, no ciúme, o equivalente narcisista do eu: se este objecto se perde ou se é deteriorado, é a castração. Ninguém empresta seu falo, eis o fundo da questão.» (1973, p. 106). A relação de propriedade e de paixão relativamente ao «objecto sequestrado» satisfaz-se na reclusão do desfrutar a sós, na privação do seu valor aos outros.

Se é no mundo interior doméstico, no domínio privado da habitação que se concentra a maioria dos objectos quotidianos, existe, de igual modo, um importante vector de exterioridade para o mundo que é o automóvel. O investimento passional com que a compra do carro é vivida por grande parte dos homens inquiridos demonstra a posição de destaque que ocupa no sistema de consumo doméstico.

Foi ele que tratou de tudo. Eu não sou muito sensível a carros. É como as aparelhagens para mim. Eu nas aparelhagens sou um bocado surda, portanto qualidade a mais até é desperdício. Nos carros também sou um bocado..., não sou sensível a isso. Trabalho a vinte minutos a pé, de maneira que vivo numa zona em que se estaciona mal portanto o carro não me interessa, não é muito central para a minha vida neste momento e não é um objecto que me dê um gozo particular portanto deleguei em quem tem um gozo verdadeiro nisso. Acho que faz muito mais sentido. Tudo o que eu dissesse era um disparate.

M28/PBTE

Assim, a interioridade do domicílio opõe-se à exterioridade de veículo, sem nunca questionar a intimidade. A possibilidade de deslocamento, de mobilidade sem esforço através do vector espaço-tempo constitui, nos tempos modernos, um «acquis» que só é contrariado pelas cada vez maiores dificuldades de acesso, de trânsito e de estacionamento nas cidades.

No mercado de massas, comprar um carro tornou-se, cada vez mais, uma declaração de escolha de consumo não só ao nível dos símbolos como também do dinheiro (Tomlinson, 1990, p. 10).

4. A trama da negociação – gestão dos conflitos

A forma como um casal resolve os seus conflitos é essencial para o seu próprio equilíbrio, desempenhando como que uma função homeostática. No entanto, podem ser vários os modos de resolução de situações de potencial

¹⁰ A mulher aqui considerada como «objecto» sexual, de desejo.

conflito: houve famílias que preferiam discutir exaustivamente e de forma amplamente partilhada pelos seus membros, até chegar ao consenso; outras caracterizavam-se por um processo mais lento em que eram medidos todos os prós e contra; surgiram ainda casos em que algumas decisões eram tomadas individualmente, sem a consulta do outro cônjuge, o que gerava um certo mal-estar.

O não esconder nada, o contar tudo ao outro, ao mínimo detalhe, sem lugar para zonas obscuras, encobertas ou, pelo contrário, preservar zonas de relativa privacidade, remete-nos para a questão da regulação da distância, em termos emocionais e afectivos (i.e. com os padrões de intimidade na família), mas, principalmente, com as formas de comunicação. No entanto, e nos casos em que o acordo pré-nupcial era a comunhão de adquiridos ou a separação total de bens, ambos os cônjuges defendiam a liberdade de cada um poder adquirir objectos de carácter pessoal sem ter de informar primeiro o outro.

Podemos, ainda, estabelecer a distinção entre, por um lado, aquelas compras que fazem parte do dia a dia, e, por outro, as aquisições que marcam a vivência familiar. Esta oposição é consciencializada pelos próprios entrevistados. Enquanto que as primeiras são, na maioria das vezes, realizadas sem a consulta prévia do outro, até porque este último nem demonstra grande interesse pelo assunto em causa, outras, por envolverem um grande dispêndio de dinheiro, para além de trazerem mudanças em termos de futuro, são alvo de conversação prévia entre os cônjuges.

No caso concreto da casa, esta opõe-se assim à banalidade das coisas vulgares, da compra dos alimentos ou das utensilhagens para uso na cozinha, que se inscrevem na rotinização do quotidiano feminino. Pelo contrário, a mudança de local de residência constitui uma aventura repleta de sonhos, de dúvidas, de indecisões, de frustrações e até de cansaço, que difere, contudo, de mulheres para homens.

No entanto, nem só quando a aquisição representa um esforço considerável em termos de orçamento é que é discutida em família. A compra de um objecto – como uma televisão ou uma aparelhagem de som – pode, de igual modo, constituir um espaço de convívio, de interacção e de confrontação saudável de opiniões e ideias, que reforçam os próprios laços interpessoais e o respeito mútuo entre os membros do núcleo familiar, na medida em que todos participam da decisão.

Noutros casos, a decisão de compra constitui uma área de consenso e de convergência de vontades, que é referido pelos inquiridos como sendo resultante de uma coincidência de gostos. Este fenómeno pode ser explicado pela prevalência da regra da homogamia, ou seja, pelo facto de a escolha do parceiro conjugal recair sobre aquele que apresenta mais pontos em comum. A homogamia manifesta-se até em termos de ideias idênticas: «qui se ressemble, s'assemble».

5. Nota conclusiva

Ocorreram, nomeadamente a partir da segunda metade deste século, alterações em termos de papéis sociais atribuídos ao género masculino e feminino que se traduziram numa não correspondência com os papéis que lhe estavam socialmente reservados há umas décadas atrás.

O crescimento quantitativo da presença da mulher no mercado de emprego, exercendo uma actividade profissional remunerada, confere-lhe uma maior autonomia financeira e, conseqüentemente, uma menor dependência e submissão em relação à autoridade e poder masculinos no seio da relação conjugal.

O facto de se estar a assistir a uma alteração dos limites definidores dos campos de acção de cada um dos sexos provoca uma mudança de estratégia em

termos de investimentos, exigindo, assim, a substituição do princípio de divisão do trabalho da família, actualmente baseado também nas competências específicas e já não só no sexo de pertença das pessoas.

No entanto, a igualdade na repartição das tarefas, no seio do casal, ao nível doméstico, avança muito lentamente em termos práticos, persistindo ainda uma concorrência entre papel profissional e papel doméstico no caso das mulheres (o que nos remete para a dupla jornada de trabalho). A mulher assume para si a exclusividade de organizar e dispor das decisões mais banais da existência familiar – que passam, em particular, pela elaboração da lista do supermercado, pela arrumação das malas¹¹ quando se vai de férias ou até mesmo, a escolha da roupa que o marido irá vestir de manhã – porque o homem tem outras preocupações.

A construção e gestão de uma identidade de género, masculina ou feminina, no espaço urbano da Grande Lisboa, apresenta para além da sua dimensão local, outra que se inscreve no contexto da cultura global e que remete para a globalização dos quadros de referência e identificação.

Devemos, contudo, ultrapassar a tendência a utilizar uma perspectiva homogeneizadora e simplificada quanto aos resultados do actual processo de globalização, pois a realidade é complexa e multidimensional. Ao invés de um só modelo, coexiste, na população analisada, uma diversidade de ideais e valores no âmbito da conjugalidade moderna.

A família é um conceito relacional e com um carácter polissémico, cuja definição é variável segundo as épocas, as culturas e as condições sociais e religiosas, em suma, consoante os contextos históricos. Existe uma «paleta» de modos de organização familiar, cada um com uma determinada matiz que lhes confere um certo grau de unicidade e que estão dependentes das condições económicas, sociais, demográficas e políticas.

Deste modo, o singular (conjugalidade) deve ser evitado pois deixa transparecer uma conotação de essência universal, intemporal e imutável, que não corresponde, de forma alguma, à diversidade da realidade vivida, como podemos constatar pelos resultados deste estudo.

O que sobressai deste estudo é que, contraposto às normas gerais consagradas na lei, no âmbito da classe média, deparamos com a existência de variações significativas em termos de organização familiar, nomeadamente conjugal, que diferem de casal para casal, e em particular de pessoa para pessoa, mas também segundo as diferentes fases de cada experiência de relacionamento conjunto. Assim, as relativas diferenças internas encontradas demonstram que a conjugalidade é vivida e entendida de modos diferentes, em função do grupo etário e de estatuto sociocultural. A idade e o estrato sócio-profissional podem ser encaradas como variáveis interdependentes que, em interacção, definem as diversas formas e dinâmicas da vida familiar e doméstica e a (re)construção das identidades de género.

No entanto, apesar da pluralidade de formas e modelos de conjugalidade (quer em termos de representações quer em termos de práticas no âmbito da vida privada), podemos identificar, pela análise dos resultados, duas modalidades de organização conjugal, consoante o seu grau de flexibilidade ou rigidez. Deste modo, encontramos, por um lado, um tipo de organização morfostática, em que os limites são rígidos e estáticos e as estratégias inflexíveis, e, por outro, um tipo de organização morfogénica, mais flexível, menos rígido. Enquanto o primeiro caso se caracteriza por um grau de detalhe e explicitação das normas, neste último não existem regras definitivas nem dadas de uma vez por todas. Não se trata de um contrato estável mas de uma (re)negociação constante de posições, não obstante o facto de haver um grau de detalhe e explicitação de algumas regras e aspectos de decisão, como seja o caso de saber quais os limites de decisão individual, o tipo de circunstâncias em que é admissível; ou o grau em que o cônjuge deve ser

¹¹ A mala pode ser encarada como um enquadramento de um espaço, como a própria metáfora da casa.

informado acerca das decisões de compra do outro membro do casal (o que remete para o respeito pela liberdade individual de cada um).

Deste modo, uma questão importante é a interferência do tempo de vivência conjugal nas fronteiras decisórias acerca da compra e uso dos objectos de consumo. O desenvolvimento da aventura conjugal passa por um período de experimentação inicial, de descoberta das diferenças e das soluções para os problemas que se colocam. A aprendizagem da vida a dois, a construção dessa pequena comunidade ou micro-universo que é o casal, implica a criação e re-invenção de uma série valores e normas de conduta, de interiorização de um conjunto de rituais quotidianos.

Ocorre a estruturação de uma organização colectiva nascente, mediante a acumulação de pequenas decisões, novas regras, novos hábitos e novos objectos, que vão progressivamente constituindo o próprio universo conjugal. Um sistema colectivo de gestão doméstica do quotidiano vai sendo definido e aperfeiçoado com a acumulação da experiência da vida a dois. Há uma definição dos papéis conjugais e das tarefas domésticas, sendo mais repartidos ou mais colectivizados consoante os casos. Essa elaboração e estabilização das regras de interacção ou troca no casal confere um certo «confort identitaire», para utilizar uma expressão de Kaufmann (1993, p. 77).

Em determinadas situações específicas, o casal tem de negociar algumas regras, variáveis não só de caso para caso (diversidade entre os sujeitos), como também ao longo das várias fases do percurso da vivência conjugal, i.e. do tempo de relacionamento em comum.

Deste modo, consoante a fase do ciclo de vida conjugal, e em particular a existência ou não de filhos, assim ocorrem redefinições de papéis e atribuições (na medida em que uma criança exige cuidados e atenções), que podem, por vezes, ocasionar tensões ou conflitos entre os cônjuges, em particular quando existe um sentimento de sobrecarga não partilhada equitativamente. Assim, com o nascimento dos filhos, ocorrem profundas alterações em termos de relacionamento conjugal, designadamente uma especialização de tarefas associadas aos filhos que recaem, quase sempre, nas mulheres-mães.

Um dos aspectos marcantes deste estudo é o da irredutibilidade das práticas familiares a uma lógica linear ou simples; não obstante uma relativa coerência, a sua aparente coesão não é mais do que uma criação culturalmente determinada. Isto não invalida, porém, a possibilidade de determinar as tendências mais dominantes em termos de organização sócio-familiar. Numa analogia com o que acontece na cultura, poderíamos afirmar que a existência de diferenças e particularismos em termos de decisão sobre o consumo doméstico não impediu a ocorrência de áreas de inter-cruzamento que possibilitaram a criação de campos de experiência comum.

O sistema de consumo na família constitui uma área do quotidiano no interior da qual persiste uma especificidade de género. A decisão sobre produtos e bens diferencia homens e mulheres, dando origem a uma separação dos domínios masculino e feminino relativamente a determinados tipos de compras familiares.

No âmbito da territorialização-materialização das identidades de género, i.e. da materialização das fronteiras simbólicas dos espaços e dos objectos neles contidos, podemos salientar os eixos carro-exterior-masculino e lar-mobília-interior-feminino. É, pois, bem visível uma relativa oposição ou bipolaridade de consumo que persiste na repartição de papéis segundo o género, produto do próprio sistema cultural e dos determinismos psicosssexuais interiorizados. A aquisição do automóvel continua a ser um apanágio masculino, enquanto que se assiste a uma feminização dos objectos pertencentes ao universo familiar do lar – mobiliário e utensílios domésticos.

Esta dicotomia objectivada (exterioridade versus interioridade, instrumentalidade versus expressividade, público versus privado) encontra sentido

e explicação na relação entre identidade, papel social, decisão de compra e uso social dos objectos – como a casa e o carro.

Os papéis sociais não são rígidos, nem dados de uma vez por todas; vão-se reconstruindo ao longo do tempo, segundo um jogo de negociação de expectativas. Por outro lado, a decisão não depende da vontade da pessoa, mas da correlação de forças e de outras relações, como a dimensão temporal da história conjugal (como já foi referido) e a dimensão do espaço posicional e cultural onde os sujeitos se encontram inseridos.

Por vezes a organização doméstica assenta no modelo circunstancial, isto é, sem planos de futuro, adaptando-se às circunstâncias em cada momento. Noutras, existe uma forte carga intelectual, analisam-se as situações, pesam-se os prós e os contra, imaginam-se cenários, antecipam-se os problemas. A inclusão do cálculo racional em torno de uma compra ou de um projecto remete-nos para uma atitude crítica e céptica: recolhe-se informação, compara-se hipóteses, avaliam-se situações, estuda-se as qualidades intrínsecas dos objectos e os preços com uma competência prática notável.

É de salientar que os resultados da nossa pesquisa revelaram que a extensão da partilha de responsabilidades sobre o consumo doméstico no casal, nomeadamente o processo de aquisição, é maior do que noutras áreas da vida familiar. Esta conclusão é válida sobretudo para os casais com um capital escolar mais elevado, que coincidia com o grupo dos professores universitários.

A ideologia conjugal oficial de partilha igualitária das tarefas domésticas de consumo caracteriza a maior parte destes casais, nomeadamente os mais jovens e com um maior capital escolar. Assim, a evolução da história do casal baseia-se numa norma de repartição segundo uma regra de intermutabilidade («fazer à vez») ou segundo o critério da maior/menor penosidade na realização das várias obrigações familiares (diferenciação operatória).

Alguns casais, porém, revelaram uma ausência quase total de elementos identitários ao nível do consumo. Nestes casos existe uma certa fluidez das fronteiras, i.e. a não existência de uma definição material e física de género relativamente a determinadas áreas do consumo. É o caso do que podemos designar de «relação andrógina» (conceito avançado por Cancias, in Prazeres, 1999, p. 100).

No entanto, se encontramos por vezes uma certa ambiguidade de estatutos, a inexistência de uma pré-definição de papéis, noutros casos uma situação de ruptura expressa, consciente e deliberada relativamente aos papéis considerados «tradicionais». Este assumir de uma posição de demarcação face a certos estereótipos de género pode estar associada a uma determinada inserção de classe. É o caso dos homens que cultivam a diferença recusando-se a oferecer perfumes e flores ou preferindo colocar a casa em nome da mulher.

Existem, igualmente, exemplos de consumo de produtos associados a uma cultura de género hegemónica, como é o caso dos cosméticos e do vestuário feminino, que raramente são oferecidos pelos homens às suas companheiras.

Por outro lado, os modelos conjugais aqui construídos distribuem-se num contínuo entre o desejo de fusão ou de autonomia, segundo o capital escolar-cultural. As fracções da pequena burguesia social e culturalmente mais dotadas privilegiam a autonomia pois a realização pessoal não se circunscreve à família, estendendo-se ao domínio profissional. Esta defesa de territórios pessoais e tempos individualizados é possível na medida em que ambos os cônjuges usufruem de recursos financeiros e culturais.

Não sabemos, no entanto, até que ponto estes resultados exprimem valores e modelos sócio-culturais característicos apenas de uma categoria social particular ou se existe a tendência para se difundir à sociedade inteira ou, pelo menos, a uma grande parte da população, na medida em que, como sabemos, as fracções da classe média costumam ser o grupo motor na difusão de inovações.

Bibliografia consultada

ALMEIDA, J. F., COSTA, A.F., MACHADO, F.L., (1990), «Famílias, Estudantes e Universidade. Painéis de Observação Sociográfica», in *Actas do I Congresso Português de Sociologia. A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Lisboa, Editorial Fragmentos, vol 1, pp. 129-150.

BAUDRILLARD, Jean (1973), *O Sistema dos Objectos*, São Paulo, Editora Perspectiva.

BERGER, Peter, e LUKMANN, Thomas, (1990), *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes (8ª edição).

BONVALET, Catherine (1989), «Évolution des structures familiales et conséquences sur l’habitat en France», in Haumont, Nicole, e Marion Segaud (orgs.), *Familles, modes de vie et habitat*, Paris, Éditions L’Armattan, p.31-53.

CORDERO, Christjane (1995), *La famille – transformations et permanences*, Paris, Le Monde – Éditions.

Engel, J., et al. (1993), *Consumer Behavior*, Orlando, The Dryden Press.

GILMORE, D. D. (1990), «Men and Women in Southern Spain: ‘Domestic Power’ Revisited», in *American Anthropologist*, n.º 92, pp. 953-970.

JONES, C., e R. Porter (ed.) (1994), *Reassessing Foucault - power, medicine and the body*, London, Routledge.

KAUFMANN, Jean-Claude (1989), *La vie ordinaire – voyage au coeur du quotidien*, Paris, Éditions Greco.

KAUFMANN, Jean-Claude (1993), *Sociologie du couple*, Paris, P.U.F.

KAUFMANN, Jean-Claude (1997), *Le coeur à l’ouvrage – théorie de l’action ménagère*, Paris, Édition Nathan.

MC Luhan, (1977), *Pour comprendre les médias*, Paris, Mame/Seuil.

PINTO, J.M. (1991, “Considerações sobre a Produção Social de Identidade”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, p. 217-231

PRAZERES, Vasco (1999), «Soltem os prisioneiros», in *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais. A Família*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, vol 4, pp. 97-102.

SCANZONI, J., e L. D. Scanzoni (1988), *Men, women and change- a sociology of marriage and the family*, McGraw Hill Book Company.

TOMLINSON, Alan (ed.) (1994), *Consumption, Identity, and Style – Marketing, meanings, and the packaging of pleasure*, London, Routledge.

VALA, Jorge e M. B. Monteiro (1993), *Psicologia Social*, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.